ReGeo
ISSN: 2177-3246

ANÁLISE DA PRESENÇA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE HOTELARIA E TURISMO: UM ESTUDO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

ANALYSIS OF THE PRESENCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN HOTEL MANAGEMENT AND TOURISM COURSES: A STUDY IN THE NORTHERN REGION OF BRAZIL

ANÁLISIS DE LA PRESENCIA DE LA ASIGNATURA DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LOS CURSOS DE HOSPITALIDAD Y TURISMO: UN ESTUDIO EN LA REGIÓN NORTE DE BRASIL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-062

Data de submissão: 14/08/2026 **Data de publicação:** 14/09/2026

Michele da Silva Eufrásio
Tecnóloga em Hotelaria
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Baturité
E-mail: eufrasio3707@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-5597-843X

Harine Matos Maciel
Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Baturité
E-mail: harine@ifce.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3267-6198

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado
Doutora em Economia
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: erica.carvalho@ufrn.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1874-6199

Wlisses Matos Maciel
Doutor em Irrigação e Drenagem
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Fortaleza
E-mail: wlisses@ifce.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4783-2766

Anny Kariny Feitosa
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Iguatu
E-mail: anny.feitosa@ifce.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5745-2660

Maria Antunizia Gomes
Doutora em Administração
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Iguatu
E-mail: antunizia.gomes@ifce.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1536-3544

Carolina Anselmo Castelo Branco
Doutoranda em Turismo e Hospitalidade
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - campus Baturité
E-mail: carolina.branco@ifce.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1735-9517

RESUMO
A conscientização ambiental é fundamental para a formação de cidadãos responsáveis, sendo necessária desde a primeira infância. Este estudo analisou a presença da disciplina de Educação Ambiental nos cursos de Hotelaria, Turismo e áreas afins dos Institutos Federais da região Norte do Brasil. A metodologia consistiu na análise descritiva dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) disponibilizados nos sites institucionais no ano de 2025. Os resultados revelaram que a maioria dos cursos técnicos e superiores não contempla a disciplina de Educação Ambiental em suas grades curriculares. Quando presente, a carga horária destinada ao tema é insuficiente para uma formação adequada. Conclui-se que há uma lacuna significativa no ensino da Educação Ambiental nos Institutos Federais pesquisados, dificultando a formação de profissionais conscientes das questões socioambientais. É urgente a inclusão desta disciplina nos currículos, visto que a Educação Ambiental é uma prática transversal e multidisciplinar essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais, especialmente em áreas como Turismo e Hotelaria que possuem impacto direto sobre os ambientes naturais.

Palavras-chave: Sociedade. Meio Ambiente. Aprendizagem.

ABSTRACT
Environmental awareness is essential for the formation of responsible citizens and is necessary from early childhood. This study analyzed the presence of the Environmental Education subject in Hospitality, Tourism, and related courses at Federal Institutes in the North regions of Brazil. The methodology consisted of a descriptive analysis of the Course Pedagogical Projects (PPC) made available on institutional websites in 2025. The results revealed that most technical and higher education courses do not include the Environmental Education subject in their curricula. When present, the hours allocated to the subject are insufficient for proper training. It is concluded that there is a significant gap in Environmental Education teaching at the researched Federal Institutes, making it difficult to train professionals who are aware of socio-environmental issues. The inclusion of this subject in the curricula is urgent, as Environmental Education is a transversal and multidisciplinary practice essential for sustainable development and the preservation of natural resources, especially in areas such as Tourism and Hospitality, which have a direct impact on natural environments.

Keywords: Society. Environment. Learning.

RESUMEN
La concienciación ambiental es fundamental para la formación de ciudadanos responsables, siendo necesaria desde la primera infancia. Este estudio analizó la presencia de la asignatura de Educación Ambiental en los cursos de Hostelería, Turismo y áreas afines de los Institutos Federales de la región Norte de Brasil. La metodología consistió en el análisis descriptivo de los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) disponibles en los sitios web institucionales en el año 2025. Los resultados revelaron que la mayoría de los cursos técnicos y superiores no incluyen la asignatura de Educación Ambiental en sus planes de estudio. Cuando está presente, la carga horaria dedicada al tema es insuficiente para una formación adecuada. Se concluye que existe una brecha significativa en la enseñanza de la

Educación Ambiental en los Institutos Federales investigados, dificultando la formación de profesionales conscientes de las cuestiones socioambientales. Es urgente la inclusión de esta disciplina en los currículos, ya que la Educación Ambiental es una práctica transversal y multidisciplinaria esencial para el desarrollo sostenible y la preservación de los recursos naturales, especialmente en áreas como Turismo y Hotelería que tienen un impacto directo sobre los ambientes naturales.

Palabras clave: Sociedad. Medio Ambiente. Aprendizaje.

1 1INTRODUÇÃO

A conscientização da sociedade acerca da degradação dos ambientes naturais necessita ser feita desde a primeira infância, visto que se vive em uma sociedade no qual o ser humano possui necessidades ilimitadas, enquanto os recursos produtivos são limitados.

Diante desta preocupação os governos buscaram desenvolver ações que estimulassem a proteção da natureza. As ideias do conservadorismo ambiental chegaram no Brasil de forma mais intensa no final dos anos de 1970. A Constituição Federal Brasileira estabelece como competência do poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

No final dos anos de 1990, com o objetivo de expandir o ensino ambiental em todo o território nacional, criou-se a Política Nacional de Educação Ambiental. No Brasil, a Educação Ambiental, foi contemplada pela Lei n° 9.795 de 27 abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 1° Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (Brasil, 1999, p. 1).

No entanto, as instituições de ensino têm a difícil tarefa de fazer com que os estudantes de todos os níveis compreendam a importância de se preservar os ambientes naturais. Conforme Sorrentino (1998) os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

A educação ambiental é necessária para indivíduos que ainda estão em processo de formação de valores, contribuindo assim para a disseminação de valores positivos referentes a proteção do meio ambiente. Segundo Medeiros *et al* (2011) é fundamental que o ser humano compreenda, desde cedo, que precisa cuidar conservar e preservar o meio ambiente, visto que o futuro do planeta depende do equilíbrio ambiental, por isso é necessário repensar e fazer o uso racional dos recursos naturais. Assim, o educador precisa instigar o estudante, da forma mais simples possível ao observar o ambiente a sua volta para que o mesmo possa encontrar os elementos necessários no sentido de construir saberes referentes às questões ambientais.

O ensino da educação ambiental trará mudanças na sociedade, as ações sustentáveis estudadas e praticadas durante todo o processo de aprendizagem, desde a primeira infância a pós-graduação, transbordará para todos os ambientes onde se convive como no trabalho, escola, universidade e bairro

em que mora. É urgente que os estudantes se sintam responsáveis em construir, através da educação ambiental, uma sociedade sustentável.

Questionar o futuro do meio ambiente é uma crescente desde os anos de 1970. O aumento da produção, a adoção de novas tecnologias, a migração da população rural para as grandes cidades, o estímulo ao consumo, todas essas transformações impactaram de forma negativa os ambientes naturais. Nos anos de 1990 o ensino da educação ambiental passou a ser debatido entre os estudiosos e os governantes.

A educação ambiental torna-se uma preocupação constante em todos os âmbitos educacionais, buscando assim conscientizar a população desde o início da vida escolar. Jacobi (2003) afirma que a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Em geral, as disciplinas de biologia e geografia são o primeiro contato com conceitos de sociedade e natureza. No entanto, o foco principal destas disciplinas não é o ensino da educação ambiental. Ao entrar na universidade, os estudantes só estudarão esse assunto se a sua formação for nesta área ou em área correlata, como Ciências Biológicas, Licenciatura em Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Pesca, entre outros. As áreas dos cursos de Turismo e Hotelaria também contemplam o estudo dos ambientes naturais em que estão inseridos. Os estudantes destes cursos aprendem a gerir negócios com responsabilidade social e ambiental.

A presença da disciplina de educação ambiental surge para conscientizar a sociedade de que a natureza precisa ser preservada e assim criar novos comportamentos, desenvolvendo uma sociedade mais consciente dos seus atos de produção e consumo. Conforme Cuba (2011) a escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente.

O principal eixo de atuação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo da nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

A presença de disciplinas que mostram a importância dos recursos naturais e sua proteção devem ser obrigatórias em todos as áreas. Leff (2002) analisa a problemática ambiental e reconhece que a educação ambiental exige uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas,

holísticas e interdisciplinares que, se limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer essa demanda de conhecimentos.

Dessa forma, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino e em diferentes cursos, portanto esta pesquisa foi importante para mostrar se há a disciplina de educação ambiental nos cursos de Hotelaria e Turismo, ou áreas afins, nos Institutos Federais na região norte do Brasil. Promovendo assim discussões e possíveis soluções para se preservar o meio ambiente e consequentemente uma melhora na qualidade de vida no planeta.

2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO AMBIENTAL

A Educação Ambiental se configura crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo e tem como foco a busca de uma perspectiva holística que relaciona homem, a natureza e o universo tomando como referência que os recursos se esgotam e que o principal responsável é o homem (TRISTAO, 2008).

A Constituição Brasileira trata da promoção da Educação Ambiental em seu capítulo VI, do Meio Ambiente, no artigo 225, determinando a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização publica para a preservação do meio ambiente. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Brasil determinam no artigo 8 que esta deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar.

No ano de 1990 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de capacitar os docentes nos diversos níveis e modalidades, dando início a disseminação das ideias de conservadorismo ambiental no meio acadêmico. Para Oliveira *et al.* (2017) fica claro que a presença da Educação Ambiental nas escolas não se restringe à existência de uma mera disciplina, sendo algo bem mais amplo, pois trata-se de questão ideológica que deve estar arraigada em todas as práticas da escola, inclusive em todas as disciplinas. Para tanto, faz-se necessário que os professores em atividade recebam formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atenderem, de forma pertinente, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Outra importante contribuição surgiu no ano de 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental. Conforme Brasil (1999) a política determina o envolvimento dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente, instituições educacionais públicas e privadas, órgãos públicos da União, Estados, Munícipios e do Distrito Federal na Educação Ambiental. Além de exigir cursos de formação e especialização dos profissionais, para que o conteúdo que trate da ética ambiental seja incorporado nas atividades desenvolvidas no dia a dia.

Abordar a Educação Ambiental em sala de aula não é uma tarefa simples, pois é preciso mostrar aos alunos a importância de se compreender o ambiente em que estão inseridos, e que não vivem isolados, precisando assim pensar e agir coletivamente e conscientemente. Segundo Berna (2004) o educador ambiental deve procurar colocar os alunos em situações que sejam formadoras, como agressão ambiental ou conservação ambiental, apresentando os meios de compreensão do meio ambiente.

Leff (2002), ao analisar a problemática ambiental, reconhece que a Educação Ambiental exige uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares que, se limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer essa demanda de conhecimentos.

Para Oliveira (2007) a questão ambiental também encara o problema da transversalidade dos conteúdos, precisando buscar campos com determinadas características em comum e um conhecimento adquirido por meio da experiência com repercussão direta na vida cotidiana, envolvendo fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

A Educação Ambiental é primordial em todos os níveis de ensino, porém muitas vezes é mais estudada em níveis de educação superior, em detrimento das escolas e do ensino técnico profissionalizante. De acordo com Guimarães e Inforsato (2012) para superar a crise ambiental é necessária a qualificação dos profissionais do ensino em relação às questões ambientais. Portanto, é fundamental que as universidades estejam preparadas para formar seus profissionais, já que diversos cursos não abordam a área ambiental nos seus currículos.

O educador ambiental deve estimular os alunos a pensar de forma global na busca por mudanças na realidade ambiental do planeta. Ademais, a disciplina de Educação Ambiental pode ampliar conhecimentos em uma diversidade de dimensões como a coleta de lixo seletiva, preservação de espécies, contaminação dos rios e mares, consumo consciente e reaproveitamento, e o uso de energias renováveis.

3 METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO E FONTE DE DADOS

O estudo foi realizado na região Norte do Brasil no ano de 2025. Os dados utilizados foram de origem secundária obtidos através da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Hotelaria e Turismo, ou áreas afins, disponíveis nos sites dos Institutos Federais, uma vez que estes projetos são as principais orientações aos docentes e discentes em relação as atividades e conhecimentos que os cursos oferecem.

3.2 MÉTODO DE ANÁLISE

Esta pesquisa descreveu a presença/ausência de disciplinas de Educação Ambiental nos cursos de Hotelaria e Turismo, ou áreas afins, dos Institutos Federais na região Norte do Brasil.

Para Gil (1999) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A técnica descritiva utilizada foram as tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição acerca da presença/ausência de disciplinas na área de Educação Ambiental nos cursos de Hotelaria, Turismo e áreas afins dos Institutos Federais na região Norte, foram realizadas com base na análise dos PPC (Projeto Pedagógico dos Cursos) no ano de 2025. Analisou-se todos os cursos de Hotelaria e Turismo, ou áreas afins, ofertados nos campus das regiões Norte e também as disciplinas correlatas com o Ensino Ambiental para dimensionar como o estudo sobre o Meio Ambiente tem sido proposto pelas instituições pesquisadas.

4.1 REGIÃO NORTE

A região Norte do Brasil é composta por 7 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e possui uma população estimada em 18,9 milhões de habitantes, de acordo com dados do IBGE (2024). Esta região é conhecida mundialmente pela Floresta Amazônica, representando a maior biodiversidade do planeta e um dos principais destinos de turismo ecológico do Brasil.

A atividade turística na região Norte tem crescido significativamente nas últimas décadas, com destaque para o ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural. Destinos como Alter do Chão (PA), Jalapão (TO), Anavilhanas (AM) e a própria Floresta Amazônica atraem milhares de turistas nacionais e internacionais anualmente. Neste contexto, a formação de profissionais qualificados em Hotelaria e Turismo com consciência ambiental torna-se ainda mais relevante.

Os Institutos Federais da região Norte foram criados em 2008, seguindo o mesmo modelo da região Nordeste, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico e superior, especialmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos. A análise dos cursos de Hotelaria e Turismo nesta região revela um cenário ainda mais preocupante do que o observado na região Nordeste no que se refere à Educação Ambiental.

4.1.1 Instituto federal do pará (IFPA)

O IFPA é uma instituição multicampi e, atualmente, possui 18 campi em funcionamento, além da reitoria, cobrindo mais de 70% do estado do Pará. Os campi estão localizados nos municípios de: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá (Campus Industrial e Campus Rural), Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia. Além disso, a rede federal anunciou a criação de mais cinco novos campi em Alenquer, Barcarena, Redenção, Tailândia e Viseu, expandindo ainda mais sua presença no estado.

O IFPA oferece cursos técnicos na área ambiental como técnico em meio ambiente, saneamento e florestas. Apenas o curso técnico em meio ambiente possui uma disciplina de 40h de Educação Socioambiental.

Tabela 1. Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos de Hotelaria, Turismo e áreas afins

Cursos Técnicos	**Presença de Disciplina de Educação Ambiental**	**Ausência de Disciplina de Educação Ambiental**
Guia de Turismo		X
Hospedagem		X

Fonte: Elaboração própria.

Os cursos técnicos em Guia de Turismo e Hospedagem do IFPA não contemplam a disciplina de Educação Ambiental em suas grades curriculares. Os cursos oferecem disciplinas como Associativismo e Cooperativismo, Turismo de Base Comunitária, Relações Humanas e Geografia Humana, mas não abordam especificamente a Educação Ambiental.

Esta ausência é preocupante considerando que o Pará abriga destinos turísticos importantes como Alter do Chão, a Ilha de Marajó e diversas áreas de preservação ambiental. Profissionais formados sem conhecimento adequado sobre Educação Ambiental podem comprometer a sustentabilidade desses destinos turísticos.

4.1.2 Instituto federal de roraima (ifrr)

O IFRR foi criado em 2008 e atualmente conta com cinco campi em funcionamento: Boa Vista Centro (o mais antigo), Campus Novo Paraíso, Campus Amajari, Campus Boa Vista Zona Oeste e Campus Avançado do Bonfim. A instituição contempla um estado que possui características únicas na região Norte, com formações como o Monte Roraima e uma forte presença de comunidades indígenas.

Tabela 2. Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos de Hotelaria, Turismo e áreas afins

Cursos Técnicos	**Presença de Disciplina de Educação Ambiental**	**Ausência de Disciplina de Educação Ambiental**
Guia de Turismo		X
Cursos Superiores		
Gestão de Turismo		X

Fonte: Elaboração própria.

O IFRR possui o curso técnico em Guia de Turismo e o curso superior de Gestão de Turismo. Em ambos os cursos não há a presença da disciplina de Educação Ambiental. Identificou-se a disciplina de Turismo e Meio Ambiente, que trata sobre a relação da preservação dos recursos naturais e o turismo, incluindo conteúdos de educação ambiental. No entanto, essa abordagem integrada não substitui uma disciplina específica e aprofundada de Educação Ambiental.

Roraima possui um potencial turístico significativo, com destinos como o Monte Roraima, que atrai turistas do mundo inteiro. A formação inadequada dos profissionais de turismo pode resultar em práticas que prejudicam esses ambientes naturais únicos.

4.1.3 Instituto federal de tocantins (IFTO)

Desde a sua criação, o IFTO tem se expandido e consolidado, oferecendo cursos em diversos níveis e modalidades. A estrutura multicampi do IFTO é composta por unidades localizadas em: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas (incluindo a Reitoria), Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.

Tabela 3. Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos de Hotelaria, Turismo e áreas afins

Cursos Superiores	**Presença de Disciplina de Educação Ambiental**	**Ausência de Disciplina de Educação Ambiental**
Guia de Turismo		X

Fonte: Elaboração própria.

O IFTO não possui cursos técnicos na área de Turismo e Hotelaria, oferecendo apenas o curso superior em Guia de Turismo. O referido curso não possui a disciplina de Educação Ambiental, apresentando apenas disciplinas de Turismo e Meio Ambiente (40h) e Ecoturismo (40h), ambas com abrangência geral sobre conhecimentos básicos de turismo e desenvolvimento sustentável.

O estado de Tocantins é conhecido pelo Jalapão, um dos principais destinos de ecoturismo do Brasil. A região possui paisagens únicas, com dunas, cachoeiras e fervedouros que atraem milhares de turistas anualmente. A ausência de formação adequada em Educação Ambiental para os guias turísticos pode comprometer a preservação deste ecossistema frágil.

4.1.4 Instituto federal do acre (IFAC)

O IFAC possui campi localizados em diferentes municípios do Acre: Campus Rio Branco, Campus Sena Madureira, Campus Cruzeiro do Sul, Campus Xapuri (que tem um centro de referência em Epitaciolândia), Campus Tarauacá e Campus Baixada do Sol (em Rio Branco). Um novo campus foi anunciado para ser construído no município de Feijó, como parte do plano de expansão da Rede Federal.

O IFAC não possui cursos na área de Turismo e Hotelaria. A instituição oferece cursos na área ambiental como técnico em Meio Ambiente, técnico em Florestas e técnico em Agroecologia, mas não contempla a formação específica para o setor turístico.

A ausência de cursos de Turismo e Hotelaria no IFAC representa uma lacuna significativa, considerando que o Acre possui potencial turístico relevante, especialmente relacionado ao turismo de base comunitária e ao ecoturismo. O estado abriga parte da Floresta Amazônica e possui forte tradição de preservação ambiental, tendo sido terra de Chico Mendes, importante líder ambientalista.

4.1.5 Instituto federal do amapá (ifap)

O IFAP também não possui cursos na área de Turismo e Hotelaria. A instituição oferece cursos técnicos nas áreas de Florestas e Meio Ambiente, além de cursos superiores como Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Agroecologia.

O Amapá é um estado com características ambientais únicas, sendo o estado brasileiro com maior percentual de área preservada. Possui destinos turísticos importantes como a Fortaleza de São José de Macapá e o fenômeno da Pororoca. A ausência de formação específica em Turismo e Hotelaria nos Institutos Federais do estado limita o desenvolvimento profissional do setor turístico local.

4.1.6 Instituto federal do amazonas (ifam)

O IFAM tem expandido sua presença, estando atualmente em diversos municípios do Amazonas: Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, além dos campi em Manaus (Centro, Zona Leste e Distrito Industrial). A instituição desempenha um papel fundamental na formação profissional no maior estado da federação.

O IFAM não possui cursos na área de Turismo e Hotelaria, oferecendo apenas cursos técnicos na área ambiental como Meio Ambiente, Florestas e Agroecologia. Nenhum desses cursos contém a disciplina de Educação Ambiental especificamente.

Esta ausência é preocupante considerando que o Amazonas é o principal destino de turismo ecológico do Brasil, recebendo turistas de todo o mundo interessados em conhecer a Floresta Amazônica, o Rio Amazonas e o encontro das águas em Manaus. A falta de cursos específicos de Turismo e Hotelaria nos Institutos Federais do estado representa uma perda de oportunidade para formar profissionais qualificados e ambientalmente conscientes.

4.1.7 Instituto federal de rondônia (ifro)

O IFRO possui uma estrutura multicampi, com unidades em diversas cidades de Rondônia: Reitoria (Porto Velho), Campus Ariquemes, Campus Cacoal, Campus Colorado do Oeste, Campus Guajará-Mirim, Campus Jaru, Campus Ji-Paraná, Campus Porto Velho Calama, Campus Porto Velho Zona Norte, Campus Vilhena e Campus Avançado São Miguel do Guaporé.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região Norte, nenhum dos cursos analisados possui a disciplina específica de Educação Ambiental em sua grade curricular. Os estados Acre, Amapá, Amazonas e Rondônia não possuem formação em Turismo/Hotelaria, e esta ausência é um fator negativo, considerando a importância do ecoturismo na região.

A ausência ou insuficiência do ensino de Educação Ambiental nos cursos de Hotelaria e Turismo é preocupante considerando que esses profissionais atuarão diretamente em áreas que impactam os ambientes naturais. O turismo sustentável e a hotelaria ambientalmente responsável dependem de profissionais capacitados para compreender e implementar práticas de preservação ambiental.

Embora alguns cursos ofereçam disciplinas correlatas como Gestão Ambiental, Turismo e Meio Ambiente, Ecoturismo e Sustentabilidade nos Meios de Hospedagem, essas disciplinas não substituem o estudo aprofundado da Educação Ambiental. A carga horária destinada a essas temáticas, quando presente, geralmente varia entre 30 e 80 horas, o que é insuficiente para uma formação adequada considerando a complexidade e a importância do tema.

É importante destacar que a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, a Constituição Federal Brasileira determina como competência do poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Portanto, a ausência dessa disciplina nos currículos analisados representa não apenas uma lacuna pedagógica, mas também um descumprimento das diretrizes nacionais.

A formação de profissionais conscientes das questões socioambientais é fundamental para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas e hoteleiras no Brasil, especialmente na região Norte, que possui rica biodiversidade e importantes destinos turísticos baseados em recursos naturais. A falta de preparação adequada desses profissionais pode resultar em práticas que comprometem a preservação ambiental e a sustentabilidade do próprio setor turístico.

Conclui-se, portanto, que há uma improtelável necessidade de revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Hotelaria e Turismo nos Institutos Federais da região Norte. Recomenda-se:

1. A inclusão obrigatória da disciplina de Educação Ambiental nos currículos dos cursos de Hotelaria e Turismo, com carga horária mínima de 60 horas;
2. A formação continuada dos docentes para que possam trabalhar as questões ambientais de forma transversal e interdisciplinar;
3. A integração da Educação Ambiental com as práticas profissionais dos cursos, permitindo que os estudantes vivenciem situações reais de gestão ambiental no setor turístico e hoteleiro;
4. O desenvolvimento de projetos de extensão que promovam a conscientização ambiental tanto na comunidade acadêmica quanto nas comunidades locais onde os Institutos Federais estão inseridos;
5. A criação de parcerias com órgãos ambientais e empresas do setor turístico que já adotam práticas sustentáveis, proporcionando aos estudantes conhecimento aplicado;
6. A realização de estudos periódicos para avaliar a implementação e efetividade da Educação Ambiental nos currículos, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

A Educação Ambiental é uma prática transversal e multidisciplinar essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais. Sua inclusão efetiva nos currículos dos cursos de Hotelaria e Turismo não apenas atenderá às exigências legais, mas formará profissionais mais preparados, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável. O futuro do turismo brasileiro e a preservação dos nossos recursos naturais dependem, em grande medida, da formação que oferecemos hoje aos futuros profissionais do setor.

REFERÊNCIAS

BERNA, Vilmar. Como fazer educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

CUBA, M. A. Educação Ambiental nas Escolas. Revista ECCOM. Edição atual, v. 1, 2011, p. 23- 31.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, S. S. M.; INFORSATO, E. C. A percepção do professor de biologia e a sua formação: a educação ambiental em questão. Ciência e Educação, v. 18, n. 3, p. 737- 754, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://portal.ifba.edu.br/. Acesso em maior de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://www2.ifal.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://portal.ifpe.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://www.ifs.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARA (IFCE). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://ifce.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://portal.ifma.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI (IFPI). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://www.ifpi.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://portal.ifrn.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FERAL DA PARAIBA (IFPA). Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), 2024. Disponível em https://www.ifpb.edu.br/. Acesso em maio de 2024.

JACOBI, P. Cidade e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 1999. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LITLE, Paul E. (Org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF. IIEB, 2003.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação/MEC – Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

OLIVEIRA, Jangirgledia; XAVIER, Antônio Roberto; ALCOCER, Juan Carlos Alvarado; XAVIER, Lisimere Cordeiro do Vale; RODRIGUES, Rui Martinho. Educação Ambiental e a legislação brasileira: contextos, marco legal e desafios para a educação básica. Revista Educação em Ação, n.59, 2017, 12p.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. *et al.* (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, p.169-173, 2008.